

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente. Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de abril de 2017.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária,

variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrentes das vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE - Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial” quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(x) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações financeiras, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto,

estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2016	2015
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2016	2015	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	3,2591	3,9048	-16,5%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	3,4500	3,3876	1,8%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em exercícios subsequentes.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.
Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações contábeis intermediárias consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2016. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Data efetiva das alterações às normas IFRS 10 e IAS 28 (emitida em 17 de dezembro de 2015) (*)	A adoção inicial obrigatória referente às alterações das normas IFRS 10 e IAS 28 relacionadas com a determinação do ganho ou da perda com transações com empreendimentos controlados em conjunto ou com coligadas foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.	Adoção obrigatória foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.
Alterações à IAS 40 — Transferências de Propriedade para Investimento	Altera o parágrafo 57 para clarificar que a Entidade deve transferir uma propriedade de, ou para, propriedade para investimento apenas se tiver evidência de uma mudança no uso. A mudança no uso ocorre se a propriedade atende, ou deixa de atingir, os critérios para classificação como propriedade para investimento. Uma mudança nas intenções da administração para o uso da propriedade não constitui sozinha evidência de mudança no uso.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamentos (*)	A norma introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida quando a norma IFRS 15 for adotada.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1) (*)	<p>As entidades deverão divulgar as seguintes mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento (na extensão necessária): (i) mudanças de fluxos de caixa de financiamento; (ii) mudanças decorrentes da aquisição ou perda de controle de controladas ou outros negócios; (iii) efeito das mudanças nas taxas de câmbio; (iv) mudanças nos valores justos; e (v) outras mudanças.</p> <p>O IASB define os passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "cujos fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento". O IASB destaca que os novos requerimentos de divulgação estão também relacionados com mudanças nos ativos financeiros quem atendem à mesma definição. As alterações dispõem que uma forma de cumprir a nova exigência é através de uma reconciliação entre os saldos iniciais e finais dos referidos passivos resultantes de atividades de financiamento. As variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das mudanças de outros ativos e passivos.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (*)	<p>As alterações esclarecem que as perdas não realizadas sobre instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e que são mensurados ao custo para fins fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente do titular do instrumento de dívida recuperar o valor contábil do instrumento de dívida pela venda ou utilização. O valor contábil de um ativo não limita a estimativa de lucros tributáveis futuros prováveis.</p> <p>As estimativas para os lucros tributáveis futuros excluem as deduções fiscais resultantes da reversão de diferenças temporárias dedutíveis. Uma entidade avalia um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Sempre que a legislação fiscal limitar a utilização de prejuízos fiscais, uma entidade deveria avaliar um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos de mesma natureza.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações compromissadas (*)	-	-	54.645	41.461
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	1.970	1.234
Depósitos no exterior	-	-	122.599	126.725
Depósitos em contas correntes	286	470	4.206	24.248
	-----	-----	-----	-----
	286	470	183.420	193.668
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2016	2015
Renda fixa no exterior	6.806	-
Fundo de investimento – US\$	37.026	66.588
Depósitos vinculados (US\$) (2)	62.057	-
Depósito restrito (1)	599	2.000
	-----	-----
	106.488	68.588
Circulante	(44.431)	(68.588)
	-----	-----
Não circulante	62.057	-
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$184 mil (US\$512 mil em 31 de dezembro de 2015) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2016	2015
Cientes no mercado interno	477.167	449.329
Cientes no mercado externo	138.525	170.464
Operadoras de cartão de crédito	8.120	4.119
Partes relacionadas		
Mercado interno	2.111	1.055
Mercado externo	2.331	3.930
	-----	-----
	628.254	628.897
Provisão para devedores duvidosos	(35.865)	(38.567)
	-----	-----
	592.389	590.330
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 71 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2015). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2016 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2016	2015
A vencer	513.600	523.144
Vencidas até 30 dias	28.513	25.285
Vencidas de 31 a 60 dias	7.163	13.500
Vencidas de 61 a 90 dias	4.944	2.322
Vencidas de 91 a 180 dias	13.262	4.600
Vencidas de 181 a 360 dias	5.966	7.757
Vencidas acima de 360 dias	54.806	52.289
	-----	-----
	628.254	628.897
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	(38.567)	(35.809)
Adições	(5.143)	(2.385)
Baixas	7.039	338
Variação cambial	806	(711)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(35.865)	(38.567)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2016	2015
Matéria-prima e secundários	147.139	193.976
Produtos em elaboração	165.541	188.753
Produtos acabados	251.623	308.527
Peças de reposição	66.712	74.572
	-----	-----
	631.015	765.828
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	2015	Adições	Baixas	Variação cambial	2016
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	67	-	(1.246)
Produtos acabados	(10.243)	(2.783)	1.967	1.865	(9.194)
Peças de reposição	(1.465)	(1.548)	-	19	(2.994)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.021)	(4.331)	2.034	1.884	(13.434)
	=====	=====	=====	=====	=====

	2014	Adições	Baixas	Variação cambial	2015
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	-	-	(1.313)
Produtos acabados	(1.101)	(8.671)	229	(700)	(10.243)
Peças de reposição	(1.099)	(336)	-	(30)	(1.465)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(3.513)	(9.007)	229	(730)	(13.021)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2016	2015
Clientes em recuperação extra judicial (a)	21.545	-
Financiamento no repasse de lojas (b)	9.084	-
	-----	-----
	30.629	-
Circulante (Outros créditos a receber)	(6.341)	-
	-----	-----
Não circulante	24.288	-
	=====	=====

(a) Os valores de clientes em recuperação extra judicial foram negociados para pagamento em 84 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI, com início de pagamento em janeiro de 2017.

(b) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a Controlada indireta CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A Controlada indireta CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 31 de dezembro de 2016, haviam 8 parcelas vencidas. A administração da Companhia classificou a totalidade do recebível como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio	Partici-	Resultado	Total dos investimentos		Resultado de equivalência	
	líquido	pação	do			patrimonial	
		- %	exercício	2016	2015	2016	2015
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.023.136	52,92	(7.482)	541.396	565.401	(3.959)	11.887
Oxford Comércio e Participações S.A.	210.928	63,37	(2.430)	133.665	135.190	(1.540)	(11.298)
Coteminas International Ltd.	8.120	100,00	(7.589)	8.120	17.183	(7.589)	(6.115)
Companhia Tecidos Santanense	247.420	2,07	(3.158)	5.122	5.186	(65)	(436)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(52)	100,00	(7)	(52)	(68)	(7)	(34)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				688.251	722.892	(13.160)	(5.996)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(125.795)	27,50	(330.453)	-	51.130	(55.776)	(44.258)
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	58.875	30,40	(140.276)	17.896	60.541	(42.644)	(28.312)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				17.896	111.671	(98.420)	(72.570)
						-----	-----
Investimentos em coligadas (indireto) (2):							
Cantagalo General Grains S.A.	(125.795)	1,68	(330.453)	-	3.131	(3.415)	(958)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – consolidado				17.896	114.802	(101.835)	(73.528)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 2016, a controlada indireta SGUS comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 87,5% para 93,8%, no valor de R\$17.344.

(2) Em 2015, a controlada Coteminas International Ltd. adquiriu participação na coligada Cantagalo General Grains S.A. pelo valor de R\$18.927, apurando ágio no valor de R\$14.922, registrado em prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2016	2015	2016	2015
Springs Global Participações S.A.	1.023.136	47,08	(7.482)	481.740	503.050	(3.523)	10.577
Oxford Comércio e Participações S.A.	210.928	36,63	(2.430)	77.263	78.144	(890)	(6.530)
Companhia Tecidos Santanense	247.420	12,02	(3.158)	29.739	30.116	(380)	(2.532)
Springs Canada Holdings, LLC	74.709	6,25	3.931	4.668	10.468	1.141	113
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				593.410	621.778	(3.652)	1.628
				=====	=====	=====	=====

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. IAS 16 pleno (1.a)	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
	2016	2016	2015	2016	2015
Ativos circulantes	388.824	388.824	1.295.684	208.059	180.803
Ativos não circulantes	2.033.618	895.698	1.013.863	319.165	402.780
Total dos ativos	2.422.442	1.284.522	2.309.547	527.224	583.583
Passivos circulantes	648.015	648.015	1.369.242	275.207	189.795
Passivos não circulantes	1.018.465	776.338	539.157	174.493	173.637
Total dos passivos	1.666.480	1.424.353	1.908.399	449.700	363.432
Patrimônio líquido – Controladora	660.737	(125.795)	185.927	58.875	199.150
Receita líquida	2.629.201	2.629.201	4.620.879	505.730	396.435
Prejuízo do exercício – Controladora	(330.453)	(330.453)	(160.946)	(140.276)	(93.132)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda., CGG Trading S.A. e Belarina Alimentos S.A.

(1.a) Aplicação plena do IAS 16 pela coligada -- Em 31 de dezembro de 2016, a coligada Cantagalo General Grains S.A. possuía patrimônio líquido devedor de R\$125.795, apurados contabilmente de acordo com o IFRS, IASB e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que não permitem a adoção plena do IAS 16 – Imobilizado, o qual prevê a possibilidade de avaliação dos ativos imobilizados a valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a coligada Cantagalo General Grains S.A. contava com um portfólio de 4 glebas de terras sob seu controle, sendo Fazenda Siqueira (Brasnorte - MT), Fazenda Tropical (Barra Grande do Ribeiro - PI), Fazenda Acreúna (Acreúna - GO) e Fazenda Maria da Cruz (Pedras de Maria da Cruz - MG).

A controlada da Cantagalo General Grains S.A., a CGG Trading S.A., na mesma data, possuía concessão para operação do terminal portuário Tegram localizado no porto de Itaqui – MA, cujos benefícios econômicos futuros desse investimento superam significativamente o seu preço de aquisição.

Conforme permitido pelo IAS 16 - Imobilizado, essa Coligada, por meio de consultoria independente e especializada em avaliação patrimonial, apurou o valor de mercado das fazendas de sua propriedade e da concessão de operação portuária possuída por sua

controlada, apurando um valor de R\$1.612.345, o que resulta em uma mais valia desses ativos de R\$1.137.920 quando comparados com os valores contábeis históricos, e um acréscimo em seu patrimônio líquido de R\$786.532, líquidos da provisão para impostos e deduzido a participação de acionistas minoritários (investidores diretos na CGG Trading S.A.). Vide nota explicativa nº 30.

Caso fosse aceita a aplicação plena do IAS 16 no Brasil, o efeito no patrimônio da coligada seria um acréscimo de R\$786.532 e, conseqüentemente, o investimento direto e indireto da Companhia nessa coligada seria uma mais valia de R\$192.803 (R\$181.703 no investimento direto e R\$11.100 no investimento indireto).

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

10. IMÓVEIS PARA INVESTIMENTO

A movimentação dos saldos consolidados dos imóveis para investimento é conforme segue:

	Fazenda Tropical (1)		Imóveis para renda (2)	Total
	Imóveis para renda	Edifícios e instalações		
Aquisições iniciais em 2016	131.517	12.411	50.000	193.928
	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2016	131.517	12.411	50.000	193.928
	=====	=====	=====	=====

1) A Companhia, em outubro de 2016, adquiriu imóvel denominado Fazenda Tropical, localizada em Baixa Grande do Ribeiro, Piauí, com 26.949 hectares, de sua coligada Cantagalo General Grains pelo valor total de R\$143.928, a serem pagos da seguinte forma:

	Fazenda Tropical
Valor da compra	143.928
Valores pagos em 2016	(45.791)
Variação cambial parcela paga	(268)
Apropriação de juros	469

Saldos em 31 de dezembro de 2016	98.338
Circulante	(34.296)

Não circulante	64.042
	=====

O saldo a pagar inclui a transferência de um financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, ainda em andamento, a ser pago em 10 parcelas anuais no valor de R\$5.258, acrescidas de juros de 3,53% a.a. O financiamento possui garantia do próprio imóvel.

2) A Companhia efetuou adiantamento para investimento em terreno na cidade de Montes Claros – MG, com 214 mil metros quadrados de sua Coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	2016			2015
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,5	44.582	(9.130)	35.452	45.216
Edifícios	2,4	481.090	(211.159)	269.931	278.878
Instalações	5,4	284.895	(190.045)	94.850	103.648
Máquinas e equipamentos	5,8	1.335.694	(952.922)	382.772	383.280
UHE - Porto Estrela (ii)	3,8	37.584	(15.156)	22.428	23.830
Usinas (CTS)	4,1	17.807	(8.963)	8.844	8.814
Móveis e utensílios	9,6	47.436	(33.444)	13.992	17.994
Veículos	18,4	17.919	(15.851)	2.068	2.844
Computadores e periféricos	14,8	61.945	(57.693)	4.252	4.484
Obras em andamento	-	59.262	-	59.262	67.066
Outros	10,2	143.042	(135.593)	7.449	9.017
		-----	-----	-----	-----
		2.531.256	(1.629.956)	901.300	945.071
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2015	Adições	Baixas	Transferên- cias entre contas e para o disponível para venda	Provisão para perdas com ativos (*)	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	68.494	1.080	(6.083)	4.904	(21.963)	(1.850)	44.582
Edifícios	485.985	4.541	-	(1.962)	-	(7.474)	481.090
Instalações	284.545	472	(306)	3.540	(785)	(2.571)	284.895
Máquinas e equipamentos	1.333.726	13.924	(4.445)	16.078	(49)	(23.540)	1.335.694
UHE – Porto Estrela	37.552	32	-	-	-	-	37.584
Usinas (CTS)	17.236	560	(2)	13	-	-	17.807
Móveis e utensílios	52.732	1.370	(1.132)	631	(4.077)	(2.088)	47.436
Veículos	18.936	314	(241)	(7)	-	(1.083)	17.919
Computadores e periféricos	68.415	1.495	(570)	521	(354)	(7.562)	61.945
Obras em andamento	67.066	44.023	(1.837)	(49.584)	-	(406)	59.262
Outros	169.053	2	(334)	-	-	(25.679)	143.042
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.603.740	67.813	(14.950)	(25.866)	(27.228)	(72.253)	2.531.256
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2015	Adições	Baixas	Transferên- cias entre contas e para o disponível para venda	Provisão para perdas com ativos (*)	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	(23.278)	(5.985)	3.755	(760)	17.090	48	(9.130)
Edifícios	(207.107)	(10.808)	-	760	-	5.996	(211.159)
Instalações	(180.897)	(10.619)	212	(84)	380	963	(190.045)
Máquinas e equipamentos	(950.446)	(51.345)	3.514	25.749	20	19.586	(952.922)
UHE – Porto Estrela	(13.722)	(1.434)	-	-	-	-	(15.156)
Usinas (CTS)	(8.422)	(544)	2	1	-	-	(8.963)
Móveis e utensílios	(34.738)	(3.048)	730	(11)	1.809	1.814	(33.444)
Veículos	(16.092)	(989)	216	(2)	-	1.016	(15.851)
Computadores e periféricos	(63.931)	(2.022)	553	(5)	296	7.416	(57.693)
Outros	(160.036)	(1.336)	114	-	-	25.665	(135.593)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.658.669)	(88.130)	9.096	25.648	19.595	62.504	(1.629.956)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) vide nota explicativa nº 28.

Custo:

	2014	Adições	Baixas	Transferên- cias de/para o disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	2015
Terrenos e benfeitorias	77.471	3.588	(12.828)	-	-	263	68.494
Edifícios	473.807	5	(11.442)	-	12.859	10.756	485.985
Instalações	284.707	2.605	(8.527)	(2)	6.360	(598)	284.545
Máquinas e equipamentos	1.270.676	10.780	(17.799)	(666)	41.499	29.236	1.333.726
UHE – Porto Estrela	37.534	18	-	-	-	-	37.552
Usinas (CTS)	15.871	1.365	-	-	-	-	17.236
Móveis e utensílios	48.367	1.664	(2.210)	(1)	1.327	3.585	52.732
Veículos	16.691	747	(594)	69	55	1.968	18.936
Computadores e periféricos	54.742	1.473	(847)	(1.222)	345	13.924	68.415
Obras em andamento	105.044	26.694	(2.488)	-	(62.468)	284	67.066
Outros	119.529	5	(36)	(67)	23	49.599	169.053
	2.504.439	48.944	(56.771)	(1.889)	-	109.017	2.603.740
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2014	Adições	Baixas	Transferên- cias de/para o disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	2015
Terrenos e benfeitorias	(22.388)	(7.520)	6.724	-	-	(94)	(23.278)
Edifícios	(188.376)	(11.188)	3.220	-	(2)	(10.761)	(207.107)
Instalações	(172.558)	(11.173)	2.998	-	(383)	219	(180.897)
Máquinas e equipamentos	(886.718)	(48.721)	13.658	(1.119)	27	(27.573)	(950.446)
UHE - Porto Estrela	(12.287)	(1.435)	-	-	-	-	(13.722)
Usinas (CTS)	(7.938)	(484)	-	-	-	-	(8.422)
Móveis e utensílios	(29.360)	(3.088)	1.018	1	5	(3.314)	(34.738)
Veículos	(13.454)	(1.199)	544	(68)	(12)	(1.903)	(16.092)
Computadores e periféricos	(49.836)	(2.287)	792	1.224	-	(13.824)	(63.931)
Outros	(109.478)	(1.461)	6	67	365	(49.535)	(160.036)
	(1.492.393)	(88.556)	28.960	105	-	(106.785)	(1.658.669)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$49.235 (R\$59.132 em 31 de dezembro de 2015) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2015	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2016
Custo	504.262	424	(1.901)	25.866	(79.888)	448.763
Depreciação	(395.310)	(1.066)	1.381	(25.647)	63.313	(357.329)
Provisão para perda	(49.820)	(872)	1.117	-	7.376	(42.199)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	59.132	(1.514)	597	219	(9.199)	49.235
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2016	2015
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	43.929
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303
Marcas	16.334	16.307
Marcas – licença de uso (**)	11.373	-
Pontos comerciais (luvas) (*)	24.136	39.643
Outros	20	22
	-----	-----
Total	115.987	127.204
	=====	=====

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2016 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	2015	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Provisão para desvalorização de ativos (*)	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	43.929	-	-	(7.108)	-	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.307	27	-	-	-	16.334
Marcas – licença de uso (**)	-	12.309	(337)	(599)	-	11.373
Pontos comerciais (luvas) (*)	39.643	(4.000)	-	-	(11.507)	24.136
Outros	22	(2)	-	-	-	20
Total	127.204	8.334	(337)	(7.707)	(11.507)	115.987
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas – licença de uso”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(*) Vide nota explicativa nº 28.

(**) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	2016	2015
Moeda nacional:					
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	-	9.680
BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 9,5	2023	9.385	12.046
Banco do Brasil S.A. (b)	R\$	124,9 a 136,5 do CDI	2017	82.124	82.140
Bradesco S.A.	R\$	134,7 e 137,0 do CDI	2017	31.437	24.342
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) (b), (e)	R\$	125,5 a 133,0 do CDI	2021	398.904	402.019
Banco Votorantim S.A. (b)	R\$	114,0 do CDI	2017	41.730	41.589
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI	2018	50.888	57.338
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	129,0 do CDI	2017	104.237	105.341
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB) (b)	R\$	135,0 e 137,5 do CDI	2018	22.739	22.617
Banco ABC S.A.	R\$	124,0 do CDI	2016	-	7.412
Banco Santander S.A.	R\$	8,0	2017	14.603	14.606
Banco do Brasil S.A. CDC	R\$	16,9 a 17,2	2017	45.562	-
Banco BBM S.A.	R\$	136,7 do CDI	2018	20.153	-
BDMG	R\$	CDI + 7,3	2019	16.632	-
Outros	R\$	-	2023	66	81
				-----	-----
				838.460	779.211
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank, N.A. (c)	US\$ e CAD\$	2,3 a 4,3	2021	147.319	-
Banco Santander S.A. PPE (d)	US\$	89,0 do CDI	2019	102.740	-
Banco Patagonia	\$ARG	25,0 e 28,0	2018	19.574	1.032
Banco Santander S.A.	US\$	6,4 e 7,3	2017	12.663	27.869
Banco do Brasil S.A.	US\$	3,6 e 6,5	2017	56.423	31.339
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2017	20.804	22.732
Banco Industrial do Brasil S.A. (b)	US\$	6,5	2017	32.985	-
Banco Frances	\$ARG	25,0	2017	3.159	-
Banco ABC S.A.	US\$	4,2	2016	-	14.420
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor + 2,5	2016	-	66.422
				-----	-----
				395.667	163.814
				-----	-----
Total				1.234.127	943.025
Circulante				(626.086)	(629.882)
				-----	-----
Não circulante				608.041	313.143
				=====	=====

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,08% a.a. com swap para aproximadamente 129,0% do CDI com a mesma contraparte.

(b) Contemplam empréstimos da Controladora no valor de R\$107.610.

(c) Em 30 de março de 2016, a controlada indireta SGUS obteve uma linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$63.575, incluindo US\$60.000 com prazo de cinco anos e US\$3.575 com prazo de três anos. Nessa mesma data, o saldo e os juros da securitização mantida com o Deutsche Bank foram pagos na sua totalidade. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

(d) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota explicativa nº 4).

(e) Inclui contratos repactuados pela controlada CSA em novembro de 2016, no valor de R\$328.923 com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre

Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em seu balanço consolidado.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2017	2018	2019	2020 a 2023	Total
Moeda nacional:					
BNDES (Finame)	2.825	2.803	2.065	1.692	9.385
Banco do Brasil S.A.	82.124	-	-	-	82.124
Bradesco S.A.	31.437	-	-	-	31.437
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE)	72.367	-	107.768	218.769	398.904
Banco Votorantim S.A.	41.730	-	-	-	41.730
Banco Santander S.A.	38.436	12.452	-	-	50.888
Banco Itaú BBA S.A.	104.237	-	-	-	104.237
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	15.310	7.429	-	-	22.739
Banco Santander S.A.	14.603	-	-	-	14.603
Banco do Brasil S.A. CDC	45.562	-	-	-	45.562
Banco BBM S.A.	8.724	11.429	-	-	20.153
BDMG	802	8.176	7.654	-	16.632
Outros	45	5	5	11	66
	458.202	42.294	117.492	220.472	838.460
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank, N.A.	-	-	-	147.319	147.319
Banco Santander S.A. PPE	41.761	40.642	20.337	-	102.740
Banco Patagonia	89	19.485	-	-	19.574
Banco Santander S.A.	12.663	-	-	-	12.663
Banco do Brasil S.A.	56.423	-	-	-	56.423
JP Morgan	20.804	-	-	-	20.804
Banco Industrial do Brasil S.A.	32.985	-	-	-	32.985
Banco Frances	3.159	-	-	-	3.159
	167.884	60.127	20.337	147.319	395.667
Total	626.086	102.421	137.829	367.791	1.234.127

14. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada indireta CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada indireta CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Características da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debênture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na controlada indireta CSA na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de dezembro de 2016, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 2016	Saldos em 2015
Circulante	135.000	(1.145)	1.138	134.993	134.484
Não circulante	-	-	-	-	133.848
Total	135.000	(1.145)	1.138	134.993	268.332
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2016, todos os índices acima foram atendidos pela controlada indireta CSA.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2016	2015
Fornecedores no mercado interno	51.452	35.016
Fornecedores no mercado externo	103.131	128.216
	-----	-----
	154.583	163.232
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 29 dias (30 dias em 31 de dezembro 2015).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.160	589.357	959.805
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2016, esse valor representava R\$66.361, sendo R\$17.617 classificados no passivo circulante e R\$48.744 classificados no passivo não circulante (R\$67.381, sendo R\$18.337 classificados no passivo circulante e R\$49.044 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2016, somam R\$22.428 (R\$23.830 em 31 de dezembro de 2015) (vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2016 foi de R\$42.125 (R\$41.310 em 2015).

A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2016 foi de R\$15.438 (R\$12.958 em 2015). Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2016
2017	34.781
2018	33.927
2019	30.440
2020	28.113
2021	28.341

A partir de 2021, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$203.909.

Para o período de 2017 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$46.544.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$21.767 (R\$27.655 em 31 de dezembro 2015), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$173.063 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2016	2015 (*)
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de setembro de 2015, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da lei nº 6.404/76, no total de 122.545.828 de ações nominativas sem valor nominal, sendo 55.651.200 ações ordinárias e 66.894.628 ações preferenciais, todas representativas do capital social, na proporção de 4 ações para uma ação da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital social, a partir daquela data, passou a ser representado por 30.636.457 de ações nominativas sem valor nominal, sendo 13.912.800 ações ordinárias e 16.723.657 ações preferenciais.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2016	2015	2016	2015
Controladora:				
Wembley S.A.	25.855	46.273	-	-
Coteminas International Ltd.	55.904	81.405	-	-
Innotex International Ltd.	8.449	9.833	-	-
Coteminas S.A.	-	-	76.101	23.332
Companhia Tecidos Santanense	-	-	36.012	619
Springs Global Participações S.A.	-	84	-	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	46.382	11.705	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	1.137	-
	-----	-----	-----	-----
	136.590	149.300	113.250	23.951
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley S.A.	25.855	46.273	496	360
Innotex International Ltd.	8.449	9.833	-	-
Holtex Inc.	489	56	-	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	53.941	11.788	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	1.136	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	-	14	-	-
Seda, Inc.	122	81	-	-
	-----	-----	-----	-----
	88.856	68.045	1.632	360
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros				
(consolidado)				
	2016	2015		
	-----	-----		
Wembley S.A.	9.573	5.421		
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	2.587	1.301		
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	155	100		
Innotex International Ltd.	255	235		
Seda S.A.	54	33		
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(69)	29		
Econorte – Empr.Constr.Norte de Minas Ltda.	3	3		
	-----	-----		
	12.558	7.122		
	=====	=====		

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior.

Conforme previsto no acordo de acionistas da controlada SGPSA, a controlada indireta SGUS

deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada indireta CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. O saldo em aberto no valor de R\$5.563 em 31 de dezembro de 2015 está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante no balanço consolidado. Em 2015, foram provisionados pela controlada indireta SGUS a esse título o valor de R\$5.040.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi decidida a rescisão dos contratos de prestação de serviços acima e, portanto, em 2016 não há despesas com essa prestação de serviços.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$36.186 estava contabilizado, sendo R\$9.811 na rubrica “Outros contas a pagar” no passivo circulante e R\$26.375 na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante, referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2016, foi apropriado o valor de R\$11.564 como receita financeira. Esses valores são eliminados no balanço consolidado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. Em 2016, foram provisionados como despesa administrativa, R\$426 (R\$395 em 2015).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

20. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto a unidade de Blumenau – SC) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais tinham validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do exercício.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes dos impostos	(140.823)	(73.420)	(204.725)	(68.719)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	111.580	78.566	101.835	73.528
Receitas não tributadas	-	-	(45.477)	(37.509)
Outras, líquidas	868	785	(436)	(1.144)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(28.375)	5.931	(148.803)	(33.844)
Imposto de renda e contribuição social - 34%	9.647	(2.017)	50.593	11.507
Créditos fiscais não constituídos	(9.706)	(2.418)	10.563	(17.101)
Outros	59	52	(906)	(1.862)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(4.383)	60.250	(7.456)
	=====	=====	=====	=====
Imposto sobre o lucro – corrente	-	-	1.867	(8.595)
Imposto sobre o lucro – diferido	-	(4.383)	58.383	1.139
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 2015	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 2016
Ativo:				
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia)	7.731	(4.277)	-	3.454
Diferenças temporais (Companhia)	898	-	20	918
Diferenças temporais (Oxford)	30	-	(30)	-
Diferenças temporais (CSA - Argentina) (1)	-	1.482	-	1.482
Diferenças temporais (CSA – Brasil) (1)	18.556	(444)	-	18.112
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1)	26.924	444	-	27.368
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA – Brasil) (1)	7.167	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2)	-	54.442	141	54.583
Diferenças temporais (AMMO – Brasil)	1.703	-	(975)	728
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil)	2.042	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil)	1.906	-	-	1.906
Diferenças temporais (Santanense) (3)	3.882	331	1	4.214
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3)	15.532	2.128	-	17.660
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	86.371	54.106	(843)	139.634
	=====	=====	=====	=====
Passivo:				
Diferenças temporais (Companhia)	(7.652)	4.277	-	(3.375)
Deságio em controlada (Companhia)	(426)	-	-	(426)
Diferenças temporais (Oxford)	(311)	-	(2)	(313)
Deságio em controlada (Oxford)	(4.623)	-	-	(4.623)
	-----	-----	-----	-----
Passivo não circulante	(13.012)	4.277	(2)	(8.737)
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$148.001 em prejuízos fiscais (R\$129.654 em 31 de dezembro de 2015) e R\$161.663 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$129.027 em 31 de dezembro de 2015), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Controlada Argentina	Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)		
2017	9.144	(9.144)	1.482	1.482
2018	-	618	-	618
2019	-	2.153	-	2.153
2020	-	5.084	-	5.084
2021	-	7.941	-	7.941
2022	-	9.419	-	9.419
2023 e 2024	8.968	18.464	-	27.432
	-----	-----	-----	-----
	18.112	34.535	1.482	54.129
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta CSA possuía R\$611.503 em prejuízos fiscais (R\$506.222 em 31 de dezembro de 2015) e R\$617.531 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$511.773 em 31 de dezembro de 2015), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de dezembro de 2015, a controlada indireta SGUS mantinha provisão integral dos créditos de ativos fiscais diferidos. Em 31 de dezembro de 2016, baseada na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais e no histórico de lucratividade dos últimos 3 anos, a controlada indireta SGUS concluiu que o valor de R\$54.583 é considerado realizável e reduziu a provisão nesse mesmo montante.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Controlada indireta SGUS para os próximos 5 anos. Com base em premissas conservadoras utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

Ano	SGUS
2017	19.414
2018	10.748
2019	9.637
2020	6.839
2021	7.945

	54.583
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2017 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$795.755 em prejuízos fiscais (R\$1.181.260 em 31 de dezembro de 2015), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Santanense		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2017	1.054	1.238	2.292
2018	-	949	949
2019	-	1.668	1.668
2020	-	2.238	2.238
2021	-	2.841	2.841
2022 e 2023	3.160	8.726	11.886
	-----	-----	-----
	4.214	17.660	21.874
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	402	21.646	21.935
Imposto de renda e contribuição social antecipados	2.671	3.292	30.747	25.849
PIS e COFINS a recuperar	8.210	8.210	9.375	10.120
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	8.898	925
VAT – China e México	-	-	1.034	1.609
IPI a recuperar	-	1.779	92	1.813
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	5.341	3.562	5.341	3.562
Reintegra	-	-	-	3.864
Outros impostos a recuperar	63	2	2.873	1.746
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	16.285 (2.672)	17.247 (3.294)	80.006 (39.313)	71.423 (42.175)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.613	13.953	40.693	29.248
	=====	=====	=====	=====

21. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$98.158 e R\$18.143, respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	791	791
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.470	2.456	5.295	5.281
PIS e COFINS	1.250	1.250	4.511	4.511
IPI bandeira estrangeira	3.728	3.301	3.728	3.301
Outras	398	327	1.696	1.958
Trabalhistas	927	1.224	14.128	15.800
Cíveis e outras	3.745	3.745	6.522	6.692
	-----	-----	-----	-----
	12.518	12.303	40.988	42.651
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	25.202	27.877	52.776	57.113
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal,

restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são polo ativos em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI Bandeira Estrangeira – A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2015	Adições	Baixas	Saldos em 2016
Processos fiscais:				
Contribuição social	791	-	-	791
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	5.281	14	-	5.295
PIS e COFINS	4.511	-	-	4.511
IPI Bandeira Estrangeira	3.301	427	-	3.728
Outras	1.958	201	(463)	1.696
Trabalhistas	15.800	3.123	(4.795)	14.128
Cíveis e outras	6.692	260	(430)	6.522
	-----	-----	-----	-----
	42.651	4.025	(5.688)	40.988
	=====	=====	=====	=====

22. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns

planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	186.618	139.465
Custo do serviço	914	1.115
Custo dos juros	7.167	7.416
(Ganho) perda atuarial	4.023	(9.685)
Pagamento de benefícios	(14.614)	(14.462)
Variação cambial	(30.719)	62.769
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	153.389	186.618
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	47.042	37.079
Retorno sobre os ativos	3.543	(921)
Contribuições do empregador	11.689	12.493
Pagamento de benefícios	(14.614)	(14.462)
Variação cambial	(4.698)	16.586
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	42.962	50.775
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	110.427	135.843
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	3,75% a 4,15%	4,00% a 4,50%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	4,00% a 4,50%	3,70% a 4,26%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	914	1.115
Custo dos juros, líquido	4.496	4.539
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.410	5.654
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco.

Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 63% em investimentos de renda variável e 37% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2016	2015
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	20.374	23.096
Renda fixa	22.109	26.904
Caixa e equivalentes de caixa	479	775
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	42.962	50.775
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$9.629 para os planos de benefício definido em 2017.

Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2017	12.651
2018	12.293
2019	11.893
2020	11.506
2021	11.169
2022 – 2026	50.886

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2016	2015
Provisão para plano de pensão	110.427	135.843
Outras provisões de benefícios a funcionários	5.710	8.367
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	116.137	144.210
Circulante (a)	(10.127)	(12.481)
	-----	-----
Não circulante	106.010	131.729
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado na baixa de ativos, líquido de provisões para perdas	5.199	25.032
Custos de adequação da capacidade de produção	(12.063)	(21.417)
Despesas de leasing não operacional	(6.968)	(12.152)
Outras, líquidas	4.922	(10.335)
	-----	-----
	(8.910)	(18.872)
	=====	=====

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ATIVOS --				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	286	470	183.420	193.668
Títulos e valores mobiliários	-	-	44.431	68.588
Instrumentos financeiros	-	-	-	19.882
Duplicatas a receber	-	-	592.389	590.330
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	-	8.318
Outros créditos a receber	252	200	42.616	40.489
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	62.057	-
Partes relacionadas	136.590	149.300	88.856	68.045
Valores a receber de clientes	-	-	24.288	-
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	54.880	40.899
Outros créditos e valores a receber	2.061	2.061	38.058	11.686
PASSIVOS --				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	107.611	95.800	626.086	629.882
Debenture	-	-	134.993	134.484
Fornecedores	58	32	154.583	163.232
Concessões governamentais	-	-	17.617	18.337
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	6.304	7.048
Compra de imóvel para investimento	34.296	-	34.296	-
Outras contas a pagar	12.174	13.095	66.071	65.952
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	608.041	313.143
Debenture	-	-	-	133.848
Concessões governamentais	-	-	48.744	49.044
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	15.463	20.607
Partes relacionadas	113.250	23.951	1.632	360
Compra de imóvel para investimento	64.042	-	64.042	-
Outras obrigações	26.375	18.532	10.702	15.202

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

Total dos investimentos no exterior	2016	2015
Investimentos em controladas	130.948	121.051
Obrigações de controladas (SGUS)	-	(61.360)
	-----	-----
	130.948	59.691
	=====	=====
Em milhares de Dólares equivalentes	40.179	15.287
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.971	1.234
Duplicatas a receber	55.275	74.355
Títulos e valores mobiliários	62.057	-
Fornecedores	(1.152)	(1.794)
Empréstimos e financiamentos	(204.722)	(73.628)
Partes relacionadas	54.412	201.069
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(32.159)	201.236
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(9.867)	51.536
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do Dólar	(26.817)	(8.818)	(32.873)	(56.928)
2018	Alta do Dólar	4.171	2.115	6.042	9.970
2019	Alta do Dólar	12.779	8.090	20.526	32.961
		-----	-----	-----	-----
		(9.867)	1.387	(6.305)	(13.997)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo	
	2016	2015	2016	2015
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,72 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$15.000 mil, com vencimento em 30.06.2016	-	15.000	-	14.149
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,12 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$7.000 mil, com vencimento em 31.03.2016	-	7.000	-	5.733
Total ativo circulante	-	22.000	-	19.882

(1) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas--são classificados e registrados pelo seu valor justo por meio do resultado e visam proteger o risco de variação cambial nas compras de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos. Embora a controlada indireta CSA utilize estes derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), não foi adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”) para estas transações.

Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para as operações realizadas no Brasil e Banco Central da Argentina para as operações realizadas na Argentina, como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente das instituições financeiras contraparte que avaliam esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados nos órgãos competentes e não estão sujeitos a depósitos de margem. Em 2016, foi registrado um ganho de R\$1.827 como resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio na rubrica de “Variações cambiais, líquidas”. Em 2015, foi registrada um ganho de R\$31.076 como resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio na rubrica de “Variações cambiais, líquidas”. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 13.a, e pelos contratos a termo acima, não houve

outra aplicação em derivativos envolvendo taxas de câmbio nos exercícios de 2016 e 2015.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2016, a Controlada indireta CSA registrou um ganho de R\$4.174. Em 2015, não houve contratação de derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 19. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Exceto pelo swap contratado mencionado na nota explicativa nº 13.a, não houve derivativos envolvendo taxas de juros em 2016 e 2015.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2016			2015	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.058	(2.263)	164.795	165.103
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	1.840	(2.712)	164.128	164.750
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: agosto/2017	22.242	273	(337)	22.178	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2017	11.364	160	(46)	11.478	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2017	20.000	146	(125)	20.021	-

Descrição	2016			2015	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 125,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2017	8.333	76	-	8.409	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCI Vencimento: abril/2017	8.000	21	(126)	7.895	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: junho/2016	-	-	-	-	25.263
Contrato de empréstimo -- Juros: 111,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCI Vencimento: março/2016	-	-	-	-	25.073
Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2016	-	-	-	-	21.830
(referência à nota explicativa nº 13)				398.904	402.019
Contrato de empréstimo -- Juros: 114,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2017	40.000	1.730	-	41.730	41.589
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2018	30.000	601	(58)	30.543	30.408
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2016	-	-	-	-	2.565
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2016	-	-	-	-	2.565
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2018	20.000	469	(124)	20.345	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2016	-	-	-	-	21.800
(referência à nota explicativa nº 13)				50.888	57.338
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 129,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2017	98.292	5.945	-	104.237	-
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016	-	-	-	-	70.497

Descrição	2016			2015	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 117,8% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2016	-	-	-	-	34.844
(referência à nota explicativa nº 13)				104.237	105.341
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	14.166	63	-	14.229	15.252
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	8.500	129	(119)	8.510	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2016	-	-	-	-	7.365
(referência à nota explicativa nº13)				22.739	22.617
Contrato de empréstimo -- Juros: 124,0% do CDI Contraparte: Banco ABC S.A. Vencimento: junho/2016	-	-	-	-	7.412
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: maio/2019	102.043	1.119	(422)	102.740	-
(referência à nota explicativa nº 13)				102.740	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 136,7% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2018	20.000	153	-	20.153	-
(referência à nota explicativa nº 13)				20.153	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: Banco BDMG – CCB Vencimento: dezembro/2019	16.700	304	(372)	16.632	-
(referência à nota explicativa nº 13)				16.632	-
Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	135.000	1.138	(1.145)	134.993	268.332
	884.640	16.225	(7.849)	893.016	904.648

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do CDI	811.407	100.355	105.170	126.387
2018	Alta do CDI	422.777	63.990	64.157	77.163
2019	Alta do CDI	321.681	48.665	52.408	63.153
2020	Alta do CDI	185.985	28.956	32.238	38.869
2021	Alta do CDI	81.227	10.707	12.202	14.716
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.422.043	705.698	319.934	395.939	472
Debênture	142.343	142.343	-	-	-
Fornecedores	154.583	154.583	-	-	-
Partes relacionadas	1.632	-	1.632	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.720.601	1.002.624	321.566	395.939	472
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	107.611	95.800	1.234.127	943.025
Debênture	-	-	134.993	268.332
Caixa e equivalentes de caixa	(286)	(470)	(183.420)	(193.668)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(106.488)	(68.588)
Instrumentos financeiros	-	-	-	(19.882)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	107.325	95.330	1.079.212	929.219
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	720.216	877.874	1.313.626	1.499.652
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	827.541	973.204	2.392.838	2.428.871
	=====	=====	=====	=====

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos ("Brins") utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2016						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	1.156,3	252,1	376,6	1.785,0	965,2	(91,4)	2.658,8
Custo dos produtos vendidos	(830,2)	(121,5)	(315,1)	(1.266,8)	(802,9)	91,4	(1.978,3)
Lucro bruto	326,1	130,6	61,5	518,2	162,3	-	680,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(201,0)	(141,7)	(53,6)	(396,3)	(79,8)	(20,3)	(496,4)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(101,8)	(101,8)
Outras, líquidas	(8,5)	0,1	(2,9)	(11,3)	3,5	(1,2)	(9,0)
Resultado operacional	116,6	(11,0)	5,0	110,6	86,0	(123,3)	73,3
Provisão para desvalorização de ativos	-	(19,1)	-	(19,1)	-	-	(19,1)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(258,9)	(258,9)
Resultado antes dos impostos	116,6	(30,1)	5,0	91,5	86,0	(382,2)	(204,7)
Depreciação e amortização	65,1	9,6	11,5	86,2	3,0	-	89,2
Total de ativos	2.080,0	143,1	436,0	2.659,1	477,8	202,0	3.338,9
Total de passivos	(1.128,1)	(96,6)	(188,6)	(1.413,3)	(417,9)	(194,1)	(2.025,3)
Total de ativos (passivos) líquidos	951,9	46,5	247,4	1.245,8	59,9	7,9	1.313,6
2015							
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	1.152,9	265,4	339,6	1.757,9	923,8	(103,8)	2.577,9
Custo dos produtos vendidos	(803,7)	(144,1)	(293,0)	(1.240,8)	(784,3)	103,8	(1.921,3)
Lucro bruto	349,2	121,3	46,6	517,1	139,5	-	656,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(208,4)	(149,1)	(57,1)	(414,6)	(82,4)	(30,6)	(527,6)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(73,5)	(73,5)
Outras, líquidas	7,7	(6,2)	(5,9)	(4,4)	(13,6)	(1,0)	(19,0)
Resultado operacional	148,5	(34,0)	(16,4)	98,1	43,5	(105,1)	36,5
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(105,2)	(105,2)
Resultado antes dos impostos	148,5	(34,0)	(16,4)	98,1	43,5	(210,3)	(68,7)
Depreciação e amortização	63,3	11,2	10,9	85,4	4,2	-	89,6
Total de ativos	2.092,6	198,7	423,2	2.714,5	461,2	153,3	3.329,0
Total de passivos	(1.042,4)	(101,5)	(172,6)	(1.316,5)	(512,1)	(0,7)	(1.829,3)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.050,2	97,2	250,6	1.398,0	(50,9)	152,6	1.499,7

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2016	2015
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	1.023,6	1.083,6
Utility bedding	775,5	718,0
Produtos intermediários	607,6	510,9
Varejo	252,1	265,4
	-----	-----
	2.658,8	2.577,9
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	32,8	35,5
Utility bedding	46,3	42,5
Produtos intermediários	43,8	39,4
	-----	-----
	122,9	117,4
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2016 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2016	2015
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.591.242)	(1.806.802)
Benefícios a empregados	(523.685)	(515.689)
INSS	(46.240)	(43.652)
Depreciação e amortização	(89.196)	(89.580)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(81.165)	94.811
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(29.229)	41.152
Outros custos e despesas	(114.014)	(129.209)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(2.474.771)	(2.448.969)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(1.978.334)	(1.921.333)
Vendas	(312.722)	(327.910)
Gerais e administrativas	(169.218)	(185.725)
Honorários da administração	(14.497)	(14.001)
	-----	-----
Total das despesas por função	(2.474.771)	(2.448.969)
	=====	=====

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	3.249.830	3.090.181
Deduções das vendas	(590.980)	(512.319)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.658.850	2.577.862
	=====	=====

28. PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS

A controlada indireta AMMO, empresa responsável pelas operações de varejo com as bandeiras Artex e MMartan, em seu projeto de expansão nos anos de 2011 e 2012 adquiriu inúmeros pontos comerciais, basicamente situados em Shopping Centers, cujos valores foram registrados e classificados como intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 12) e, como determina as regras contábeis, foram avaliados, anualmente, pelo seu valor recuperável. Com a deterioração da economia, muitas lojas (pontos comerciais) ficaram disponíveis, fazendo com que os valores de mercado desses pontos reduzissem de forma significativa. A Administração da AMMO, diante de tal cenário, avaliou os pontos comerciais através de empresa especializada e constituiu provisão para desvalorização de tais ativos para reconhecer potencial perda em sua realização.

Adicionalmente, por conta de renovação do visual merchandising das lojas e realocação de alguns pontos comerciais físicos, a Administração da AMMO reconheceu provisão para provável perda em seu imobilizado.

Os valores provisionados foram os seguintes:

	Valor de custo	Valor de avaliação ou recuperação	Provisão para desvalorização
IMOBILIZADO:			
Benfeitorias	8.184	3.311	(4.873)
Instalações	1.290	885	(405)
Máquinas e equipamentos	183	154	(29)
Móveis e utensílios	7.197	4.929	(2.268)
Computadores e periféricos	233	175	(58)
	-----	-----	-----
	17.087	9.454	(7.633)
INTANGÍVEL:	35.643	24.136	(11.507)
	-----	-----	-----
Total	52.730	33.590	(19.140)
	=====	=====	=====

Algumas lojas incluídas na provisão para desvalorização de ativos são lojas denominadas “flag ship stores” e a Administração da AMMO não tem intenção de venda ou de conversão dessas lojas em franquias.

29. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2016	2015
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(140.823)	(77.803)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	(4,5966)	(2,5396)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Companhia possui investimento na coligada Cantagalo General Grains S.A. que apurou prejuízos no exercício corrente conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, fazendo com que seu patrimônio líquido ficasse devedor em R\$125.795, apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016, a coligada também apresentou suas demonstrações financeiras em IFRS e, conforme previsto no IAS 16, optou pela avaliação dos ativos imobilizados a preços de mercado.

A coligada e sua controlada CGG Trading S.A. contrataram consultoria independente e especializada para apurar o valor de mercado das fazendas de sua propriedade, que compreendem basicamente um portfólio de 4 glebas de terras, sendo Fazenda Siqueira (Brasnorte - MT), Fazenda Tropical (Barra Grande do Ribeiro - PI), Fazenda Acreúna (Acreúna - GO) e Fazenda Maria da Cruz (Pedras de Maria da Cruz - MG).

A CGG Trading S.A, por sua vez, possui investimentos realizados na concessão de operação do terminal Tegram localizado no porto de Itaqui - MA, que apresentam benefícios econômicos futuros que superam significativamente o seu preço de aquisição registrados no intangível daquela companhia.

As demonstrações financeiras dessa coligada de acordo com as normas internacionais IFRS, incluindo a reavaliação desses ativos imobilizados e intangível, demonstram a seguinte situação patrimonial:

	2016		
	BRGAAP/CPC	Reavaliação	IFRS/IASB
Ativos circulantes	388.824	-	388.824
Ativos não circulantes	895.698	1.137.920	2.033.618
Total dos ativos	1.284.522	1.137.920	2.422.442
Passivos circulantes	648.015	-	648.015
Passivos não circulantes (*)	776.338	242.127	1.018.465
Total dos passivos	1.424.353	242.127	1.666.480
Patrimônio líquido – Controladora	(125.795)	786.532	660.737
Patrimônio líquido – Minoritários	(14.036)	109.261	95.225
Receita líquida	2.629.201	-	2.629.201
Prejuízo do exercício - Controladora	(330.453)	-	(330.453)

(*) Imposto de renda e contribuição social diferidos

* * * * *